

FLEXÃO DE NÚMERO EM PORTUGUÊS: TRAÇOS REDUNDANTES¹

NUMBER INFLECTION IN PORTUGUESE: REDUNDANT FEATURES

Submetido em: 11-10-2010

Publicado em: 21-12-2012

Antonio José de Pinho

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Linguística – UFSC

antoniojdp@hotmail.com

Resumo

Na análise mórfica estruturalista efetuada por Camara Jr. (2002 [1970], 1977), o português é apresentado como uma língua na qual o morfema que marca a flexão de número é acrescentado ao vocábulo somente após a flexão de gênero. Complementarmente a essa concepção Lee (2005) também defende a existência de flexão de número, em certos contextos, antes do morfema [-inho]. No presente artigo se confirma a afirmação de Lee (2005). Isso significa que em muitos casos há certos traços redundantes de número que ocorrem antes do morfema [-inho]. Apresentam-se, além disso, duas possibilidades de análise mórfica de vocábulos terminados em [-zinho] e as regras morfofonêmicas que entram em jogo na transformação da estrutura morfêmica em estrutura mórfica.

Palavras-chave: Diminutivo. Flexão de número. Morfologia Distribuída. Morfologia portuguesa.

Abstract

In morphic structural analysis done by Camara Jr. (2002 [1970] 1977), portuguese is presented as a language in which the morpheme which marks the inflection of the word number is added only after the inflection of gender. In addition to this conception Lee (2005) also defends the existence of inflexion number, in certain contexts, before the morpheme [-inho]. The present article confirms the statement of Lee (2005). This means that in many cases there are certain features redundant number that occur before the morpheme [-inho]. It presents, in addition, two possibilities for analysis of morphic words ending in [-zinho] and morphophonemic rules that come into play in transforming the morphemic structure into morphic structure.

Key-words: Diminutive. Number Inflection. Distributed Morphology. Portuguese Morphology.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo se pretende analisar a relação entre a derivação do diminutivo e a flexão de número. Nas análises estruturalistas de Camara Jr. (2002 [1970], 1977), principalmente, afirma-se que a flexão de número ocorre somente após a flexão de gênero. Complementando essa análise, num trabalho mais recente de Lee (2005) se argumenta que em certas formas de diminutivo pode haver flexão de número antes do

¹ Agradeço ao Prof. Dr. Felício Wessling Margotti, meu orientador, pela cuidadosa leitura e pelos valiosos comentários que fez dos originais deste artigo.

morfema [-inho]. Se isso for verdade, tem-se, em certos contextos, duas marcas de plural, uma ao fim e outra (redundante) no interior do vocábulo, mais especificamente entre a raiz e o morfema que marca a derivação de diminutivo. Portanto, há traços redundantes de número, os quais são bem evidentes em palavras cuja raiz termina em *l* ou *ão*. Nesses dois casos, quando os vocábulos, no plural, sofrem a derivação de diminutivo, as raízes terminadas por *l* ou *ão* passam pelos mesmos processos de alomorfia que ocorrem quando não há derivação com o morfema [-inho].

Sendo assim, tal fenômeno morfológico de marcação redundante de número em derivados ocorre num contexto muito específico, por isso nem sempre é considerado em certas análises. Mesmo sendo um processo morfológico muito específico, não se pode dizer que não há um processo de flexão, em virtude de motivos que serão discutidos mais adiante.

Como o fato morfológico aqui estudado tem uma relação com o(s) morfema(s) de diminutivo e o processo de regras pelo qual se formam palavras novas, vê-se que é necessário, antes, entendermos como o próprio diminutivo opera, sua função, estrutura e significado. Tais devem ser os passos dados antes de se estudar propriamente o fenômeno em si, ou seja, o fenômeno de flexão redundante de número no interior de vocábulos derivados com [-inho].

Também veremos que há uma série de regras morfofonêmicas que são aplicadas sobre os vocábulos nos processos de flexão, gerando certas alomorfias próprias das formas do plural.

De qualquer modo, o tema é controverso. Sendo assim, não pretendemos aqui esgotar o assunto, resolvendo por completo o problema. Por isso propomos duas análises possíveis para palavras que se apresentam, ao mesmo tempo, no plural e na forma diminutiva, como, por exemplo, *leõezinhos*. Consideramos que palavras deste tipo podem ser objeto de mais de uma análise possível, as quais revelam estruturas diferentes, mas todas igualmente válidas. A questão nuclear é saber se há ou não flexão redundante nos referidos contextos morfológicos.

Creemos, como será mostrado, que há uma maior plausibilidade da hipótese segundo a qual, em certos contextos, podem existir duas marcas de plural numa só palavra – uma ao final do vocábulo e outra antes do diminutivo.

2 MODELO DE ANÁLISE MÓRFICA

Para a representação das duas possibilidades de análise mórfica apresentadas mais adiante, utilizamos basicamente o modelo adotado por Laroca (1994) – autora que adota a divisão entre *radical lexical* e *radical flexional* proposta por Matthews (1974) – para a confecção das árvores. Efetuamos algumas alterações na nomenclatura nos contextos em que o arcabouço teórico utilizado pela autora ia de encontro ao adotado neste trabalho. Por exemplo, ela fala de *sufixo flexional de número* (SFN). Adotamos apenas o termo *desinência de número* (DN) por ser uma nomenclatura mais simplificada, e também por estar mais de acordo com o modelo teórico estruturalista representado por Mattoso Camara Jr. (1977, 2002), Monteiro (2002) e Zanotto (2006).

Entretanto, utilizamos a divisão entre *estrutura mórfica* e *estrutura morfêmica* (LAROCA, 1994, p. 73), que não se encontra nos outros autores estruturalistas acima citados.

Tal divisão no âmbito da morfologia é muito interessante, principalmente pelo motivo de levar para este componente da gramática algo muito semelhante com a *estrutura profunda* (interpretação semântica) e a *estrutura de superfície* (realização fonética) da sintaxe gerativa. A primeira é mais abstrata (conceitual), já a segunda materializa-se por meio de aspectos fonéticos e fonológicos da gramática da língua do falante, dentre outros condicionantes estruturais de alomorfia. Assim, numa analogia, a estrutura morfêmica estaria numa relação semelhante com a estrutura profunda, e a estrutura mórfica seria a estrutura superficial no contexto da morfologia. Não há erro ainda em afirmar que, conseqüentemente, os morfemas são inseridos (nos processos de derivação) e analisados dentro da estrutura morfêmica, pois se constituem como uma abstração. Considerando ainda a comparação entre morfologia e sintaxe, a interpretação do significado dos morfemas é dada pela estrutura morfêmica. Por exemplo, neste nível de análise representa-se o plural, ao invés de [-s], o morfema que acrescenta à base a categoria de número é representado como [-singular], ao passo que o morfema de marcação do singular é [+singular], que se realiza como um morfema vazio [-Ø]. Portanto o morfema plural poderá se realizar de várias formas na estrutura mórfica, dependendo de condições do próprio sistema geral da língua ou, até, do dialeto. Em contextos intervocálicos o plural se realiza na “estrutura de superfície” mórfica como um /z/ (ex.: as casa/z/ amarelas). Já falando em termos de variação dialetal, o mesmo morfema, em posição não intervocálica, na fala do nativo de origem açoriana de Florianópolis, por exemplo, se realiza foneticamente como [ʃ]. Por outro lado, no dialeto da cidade de São Paulo será [s].

Assim, os morfemas, isto é, as realizações dos morfemas, são postos na estrutura mórfica, que é concreta, por meio de certas regras fonológicas. Obviamente o lugar dos morfemas, nesse modelo de análise, encontra-se na estrutura morfêmica. Portanto, nesse nível não há a ocorrência de alomorfias, pois essas se efetuam no plano da estrutura mórfica.

Ainda como suporte teórico para a análise, utilizamos alguns conceitos de morfologia gerativa, como, por exemplo, as regras de análise estrutural (RAE) e regras de formação de palavras (RFP), conforme expõem Margarida Basílio (1980) e Rocha (2003). Esses autores apresentam uma análise mais abstrata do componente morfológico da língua, a qual avança significativamente em relação ao estruturalismo no que se refere à morfologia derivacional.

Também há uma certa convergência na análise desenvolvida mais adiante com certos princípios da morfologia distribuída (HALLE, MARANTZ, 1993, 1994), na qual o componente morfológico é apresentado como sendo constituído por alguns níveis de análise nos quais ocorrem os processos morfológicos, abordados a seguir. Após as operações ocorridas no nível morfológico entram em atuação as regras fonológicas que convertem os dados fornecidos pela morfologia na forma fonética (PF) da frase.

No mais, seguiu-se a satisfatória classificação dos morfemas apresentada por Monteiro (2002), em seu livro *Morfologia Portuguesa*.

3 O DIMINUTIVO

Segundo o gramático Rocha Lima (1985), o diminutivo no português se expressa através do emprego das seguintes formas presas: “*ito, ulo culo, ote, ola, im, elho* e, sobretudo, *inho* e *zinho*” (LIMA, p. 81).

Rocha (2003, p. 67), dentro de uma perspectiva gerativista, afirma acertadamente que “o reconhecimento dos limites dialetais conduz às vezes a resultados interessantes no campo da morfologia derivacional”. Por exemplo, o morfema [-it(o)] (ex.: *animalito*, *casita* etc.) é, sem dúvida, uma influência do espanhol na língua portuguesa, e é usado na região sul do Brasil, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principalmente. Esse sufixo, aparentemente, ainda é produtivo. No Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS), encontram-se os vocábulos *bolita*² e *bolica*, que são formados, tendo como base a palavra *bola*, de acordo com a seguinte regra de formação de palavra (RFP):

$$[\text{bola}]_N \rightarrow [[\text{bol-}]_N + \text{-ita}]_N,$$

Pode, ainda, ocorrer o morfê [-ica] como um alomorfe de [-ita]), com largo uso no oeste catarinense (MARGOTTI, VIEIRA, 2006, p. 132).

Percebe-se, por outro lado, que as formas [-ulo], [-culo], [-ote], [-ola], [-im] e [-elho], ao que tudo indica, não possuem mais uma presença viva no sistema da língua, ou seja, não é mais possível formar novas palavras com tais sufixos. “As regras respectivas são improdutivas [...]. Falta, portanto, a essas regras e a esses sufixos o caráter da PRODUTIVIDADE” (ROCHA, 2003, p. 116). Isso também foi constatado por Sandmann (1989), que, ao estudar os processos de formação de palavras no português brasileiro contemporâneo³, não verificou nenhum uso desses morfemas para a criação de novos vocábulos. Portanto não há, no estado atual da língua, regras de formação de palavras (RFP) que empreguem tais formas, as quais passam a integrar, apenas, regras de análise estrutural (RAE).

Com [-culo], por exemplo, temos *corpúsculo* que apresenta a seguinte RAE:

$$[[\text{corpus}]_N \text{culo}]_N$$

Mas, antes de tudo, é importante saber se Rocha Lima considera que palavras que apresentem formas presas da natureza de [-culo] estão, na verdade, no diminutivo, ou se trata de uma derivação diferente. Teria, por acaso, *corpúsculo* a mesma natureza de *corpinho*? Segundo o dicionário de Oliveira (s.d., p. 183), *corpúsculo* significa “grânulo; molécula; átomo; partícula”, ou ainda “Partícula fundamental na constituição da matéria”. Por outro lado, *corpinho* pode significar, dependendo do contexto de fala, “corpo belo”, “corpo pequeno”, tendo ainda conotação pejorativa. Imaginemos um

² Bolinha de gude.

³ Seu estudo foi realizado no final da década de 1980 e publicado em 1989.

lutador de boxe falando para o seu adversário: “Você não vai me derrotar com esse corpinho!” Ao fazer tal afirmação, estaria se referindo à falta de força do adversário.

As duas palavras vistas acima têm significações muito diferentes e são utilizadas em meios bem distintos. *Corpúsculo* pertence mais ao vocabulário da física, o que não ocorre com *corpinho*. Ainda por cima, não há novas palavras sendo formadas com [-culo], como também com as outras formas supracitadas, enquanto o sufixo [-inho] continua fortemente ativo dentro do sistema da língua, produzindo constantemente novas palavras. Desta forma, os gramáticos se confundiram e misturaram outros processos de derivação sufixal com a RFP do diminutivo, que opera praticamente só com o morfema [-inho]. Como vimos, no sul do Brasil há também a ocorrência do sufixo [-ito] para a expressão do diminutivo e seus alomorfes. Podendo ocorrer, como se verá mais adiante, flexão de número à esquerda do morfema [-inho] em determinados contextos fonológicos.

Em termos de morfologia gerativa (BASÍLIO, 1980), o diminutivo forma-se com a aplicação da seguinte RFP:

$$(1) [X]_N \rightarrow [[X]_N + inho]_N$$

E ainda é bem conhecido que, na língua portuguesa, praticamente todo substantivo pode servir de base à aplicação da RFP $S \rightarrow S\text{-inho}$ (ROCHA, 2003, p. 124).

Ao contrário de algumas outras RFP's, na derivação com o sufixo de diminutivo, o vocábulo derivado conserva a classe da base a qual o sufixo derivacional foi inserido. Ou seja, temos uma base de natureza nominal X que continua sendo um nome após a adjunção do sufixo derivacional.

No exemplo (2), vê-se que palavras de natureza verbal inseridas em X passam a ser um nome (N) após a aplicação da respectiva RFP. Já em (3) uma base adjetival passa a ter natureza adverbial depois de aplicada sobre ela a RFP (3).

$$(2) [X]_V \rightarrow [[X]_V + mento]_N$$

$$(3) [X]_{A^4} \rightarrow [[X]_A + mente]_{Adv}$$

Aplicando as RFP's (2) e (3) temos:

$$(4) [encantar]_V \rightarrow [[encantar]_V + mento]_N \rightarrow encantamento_N$$

$$(5) [feliz]_A \rightarrow [[feliz]_A + mente]_{Adv} \rightarrow felizmente_{Adv}$$

⁴ Perini *et alii* (1998) consideram que os substantivos e os adjetivos não podem ser divididos em classes diferentes. Dentro da morfologia, porém cremos que há fatos de ordem estritamente formal para dizer que existe, apesar de não ser muito drástica, uma diferenciação entre estes dois grupos de palavras. A RFP (3) é um exemplo clássico. O sufixo [-mente] só pode ser acrescentado às bases verdadeiramente adjetivas e não pode ocorrer nos “adjetivos duvidosos”. Exemplo: em “o estudante japonês” japonês está adjetivando estudante, mas não pode tornar-se advérbio com a adjunção de *mente*. A formação japonosamente* é, sem dúvida, agramatical.

Os dois exemplos acima servem para mostrar que há basicamente duas grandes possibilidades de derivação sufixal no português. A primeira delas, com grande produtividade, altera a classe da base a qual é determinada pelo sufixo na derivação. Por outro lado, há o grupo, pouco produtivo, de RFP's que não deslocam a base para uma outra classe. Os exemplos (2) e (3) – com aplicação em (4) e (5) – pertencem, como se sabe, ao grupo das derivações sufixais que alteram a classe da base. Evidentemente, a derivação nominal com o sufixo de diminutivo pertence ao segundo grupo.

Ressaltemos que é um fato bem conhecido que muitos morfemas derivacionais determinam não só a classe, mas também o gênero que o vocábulo resultante vai ter. A RFP (2) é um bom exemplo encontrado dentro do conjunto de formas presas de tal grupo. E, com relação ao gênero, a regra de formação de palavras (1) comumente não modifica o gênero da base (exemplos: casa (gen. fem.) → casinha (gen. fem.); doutor (gen. masc.) → doutorzinho (gen. masc.).

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA FLEXÃO NOMINAL REDUNDANTE DE NÚMERO

Em alguns casos, no português, temos no singular uma forma para a raiz do vocábulo, e no plural outra. Há uma série significativa de palavras que apresenta a alomorfia do tipo *ôvo/óvos*, em que a alternância vocálica entre a vogal fechada e aberta constitui-se como um “reforço”, ou melhor, uma redundância da marca de plural no interior da raiz. Podemos considerar o traço fonológico [+aberto] da primeira vogal como uma marca secundária de flexão de plural, pois nos exemplos como *ôvo/óvos* sempre que se acrescenta a desinência de número, simultaneamente haverá a abertura da vogal, o que evidencia uma interdependência entre o acréscimo da flexão numérica e a mudança da vogal. Há também casos em que essa alternância vocálica ocorre como marca redundante na expressão do gênero, como em *êste/ésta*, *aquêle/aquêla*, *êle/êla* etc. Novamente a flexão – só que agora de gênero – provoca uma mudança na estrutura fonológica da raiz.

Tais fatos nos indicam que há casos em que temos certos traços no interior dos vocábulos que são verdadeiros traços de flexão redundante. Dizemos *redundante* pelo fato de que esses traços ocorrem, em tese, concomitantemente com a marca regular de plural dos nomes, a desinência de número [-s], ou a marca de gênero feminino [-a].

Com relação às mudanças no plural de vocábulos terminados por *l* e *ão*, é possível que se constituem como fenômenos bem estudados nos principais manuais de morfologia portuguesa. No primeiro caso, o acréscimo da desinência de número ocorre juntamente com o aparecimento da vogal temática. A isso segue-se, em geral, a síncope da consoante lateral *l*, a alomorfia da vogal temática (que passa de *e* para *i*) e sua ditongação ou crase com a última vogal da raiz. Sendo assim, logo se percebe que, em nomes terminados por *l*, há uma série de regras fonológicas que são aplicadas ciclicamente sobre a raiz, quando esta recebe flexão numérica:

1) $\emptyset \rightarrow e / /l/ _ + S$

Lê-se: \emptyset reescreve-se como /e/ diante da desinência de número [-s] e após a consoante lateral /l/.

2) $/l/ \rightarrow \emptyset / V _ + S$

Lê-se: a lateral alveolar /l/ reescreve-se como \emptyset (é apagada) quando ocorre diante da desinência de número [-s] e após vogal.

3) $e \rightarrow i / V _ + S$

Lê-se: a vogal /e/ reescreve-se como /i/ diante da desinência de número [-s] e após vogal.

4) $i \rightarrow /y/ / V _ + S$

Lê-se: a vogal /i/ reescreve-se como semivogal /y/ diante da desinência de número [-s] e após vogal.

Aplicando as regras fonológicas em sua respectiva ordem a um exemplo temos a seguinte sequência de formas:

animal + s > animales > animaes > animais (hiato) > animaly/s (ditongação)

Além desse caso, temos outras formações irregulares de plural de palavras como *barril/barris* e *réptil/répteis*, as quais também podem ser formalizadas por meio de regras fonológicas:

1) $\emptyset \rightarrow e / /l/ _ + S$

Lê-se: \emptyset reescreve-se como /e/ diante da desinência de número [-s] e após a consoante lateral /l/.

$/l/ \rightarrow \emptyset / V _ V$

Lê-se: a consoante lateral /l/ sofre síncope no contexto intervocálico.

2) $/e/ \rightarrow /i/ / /i/ _$

Lê-se: a vogal /e/ reescreve-se como /i/ quando precedida de /i/ (processo de assimilação vocálica total progressiva).

3) $/i/ \rightarrow \emptyset / /i/ _$

Lê-se: a vogal /i/ é apagada quando precedida por /i/ (processo de crase).

Aplicando estas regras fonológicas sobre a palavra *barril* temos a seguinte cadeia:

barril + s > barrils > barriles > barries > barriis > barris

No caso da palavra *réptil* temos:

1) $\emptyset \rightarrow e / /l/ _ +S$

Lê-se: \emptyset reescreve-se como /e/ diante da desinência de número [-s] e após a consoante lateral /l/.

2) $/i/ \rightarrow /e/ / _ [les] + \#$

Lê-se: a vogal /i/ reescreve-se como /e/ no contexto diante da sílaba [les] mais pausa.

3) $/l/ \rightarrow \emptyset / V _ V$

Lê-se: a consoante lateral /l/ sofre síncope no contexto intervocálico.

4) $/e/ \rightarrow /i/ / /e/ _ +S$

Lê-se: a vogal /e/ reescreve-se como /i/ no contexto após /e/ e diante flexão de número.

4) $/i/ \rightarrow /y/ / /e/ _ +S$

Lê-se: a vogal /i/ reescreve-se como semivogal /y/ no contexto após /e/ e diante de flexão de número.

Assim sendo temos:

Réptil + s > réptils > réptiles > répteles > répteas > répteis > reptely/s

Essas regras fonológicas, portanto, transformam a estrutura morfêmica (abstrata) na estrutura mórfica (concreta):

Estrutura Morfêmica

Estrutura Mórfica

[animal] + [-singular] \rightarrow regras fonológicas \rightarrow [anima] + [i] + [-s]

R VT DN

Como já se afirmou, outros casos bem estudados são as modificações que sofrem a raiz de vocábulos terminados pelo ditongo *ão*. O plural expressa-se de três formas diferentes nesse caso. Primeiramente, há a realização regular em que só se acrescenta a desinência de número ao fim do vocábulo. Isso ocorre sem qualquer alteração no ditongo, como em *mão/mãos*. Também pode haver alomorfia somente na vogal temática, quando [-o] da forma do singular é substituído por [-e] no plural (*alemão/alemães*), sem ocorrer qualquer mudança na raiz. Por último, além da citada alomorfia na vogal temática, há uma alteração na última vogal da raiz, formando o plural mais produtivo dos nomes terminados em *ão* – *leão/leões*. Estes processos de alomorfia podem ser explicados por meio de regras fonológicas – como as supracitadas – que são aplicadas em sequência sobre a estrutura morfêmica, convertendo-a numa estrutura mórfica. Vejamo-las abaixo.

1) ão → on / __ #

Lê-se: o ditongo [ao] reescreve-se como [on] diante de pausa.

2) on → one / __ + S

Lê-se: [on] reescreve-se como [one] (on + VT) diante da desinência de número [-s].

3) o → õ / __ N

Lê-se: a vogal [o] reescreve-se nasalizada diante de consoante nasal.

4) n → ø / õ __ e + S

Lê-se: a consoante nasal /n/ sofre síncope no contexto após [õ] e diante da vogal temática [-e] mais a desinência de número [-s].

Novamente, aplicando tais regras à palavra *limão* temos:

limão > *limon* > *limones* > *limõnes* > *limões*

A outra forma de plural na qual só ocorre a alomorfia da vogal temática pode igualmente ser explicada por outras quatro regras fonológicas.

1) ão → an / __ #

Lê-se: o ditongo [ao] reescreve-se como [an] diante de pausa.

2) an → ane / __ + S

Lê-se: [an] reescreve-se como [ane] (an + VT) diante da desinência de número [-s].

3) a → ã / __ N

Lê-se: a vogal [a] reescreve-se nasalizada diante da consoante nasal [n].

4) N → ø / ã __ e + S

Lê-se: a consoante nasal [n] sofre síncope diante da vogal nasal [ã] e antes vogal temática [-e] mais a desinência de número [-s].

Um bom exemplo, em que atuam essas regras, é a palavra *cão*:

cão > *can* > *canes* > *cães* > *cães*

Tanto uma quanto outra forma de plural de nomes terminados em *ão* são explicadas por fatos da história do português. Palavras que no latim eram terminadas no caso acusativo

por *anum*, *anem* e *onem* (exemplos: *manum*, *canem* e *leonem*), no caso acusativo, evoluíram para uma só terminação em português: *ão*.

canem > *cane* > *can* > *cão*

manum > *manu* > *mano* > *mão*

leonem > *leone* > *leon* > *leão*

Essa evolução não se deu nas outras línguas neolatinas, nas quais não há esse ditongo. Acrescenta-se o fato de que a síncope da vogal nasal /n/ intervocálica deve ter ocorrido por volta dos séculos XI e XII no território correspondente a Portugal e Galiza. Mas tal síncope não se deu só nos plurais, pois muitas palavras como *lua* (< *luna*) e *manhã* (< *manhana*) também foram atingidas por essa lei fonética (TEYSSIER, 2007).

As irregularidades que foram acima descritas nos nomes terminados pela consoante lateral /l/ também são explicadas por mudanças ocorridas na evolução histórica do português. O /l/ intervocálico caiu provavelmente nos fins do século X, alterando a forma de um considerável número de palavras portuguesas (ou, na época, galego-portuguesas) (TEYSSIER, 2007, p. 17).

A queda do /l/ e do /n/, na verdade, pode ser explicada por um fenômeno de maior proporção que foi a síncope generalizada das consoantes sonoras, em contexto intervocálico, que se registra na longa passagem do latim ao português. Como tanto o /l/ quanto o /n/ são sonoros, implacavelmente foram atingidos pela lei fonética, a qual pode ser traduzida em mais uma regra fonológica:

$$\left[\begin{array}{l} + \text{ consoante} \\ + \text{ sonoro} \end{array} \right] \rightarrow \emptyset / V _ V$$

Lê-se: as consoantes sonoras sofrem síncope no contexto intervocálico.

Interessante notar que a síncope do /l/ e do /n/ não se deu no espanhol, que nesse aspecto fonológico é mais conservador em relação ao português. A língua espanhola, portanto, conserva as formas regulares de plural das palavras terminadas por tais consoantes (*león* > *leones*, *animal* > *animales*).

No que diz respeito ao português, logo se percebe – quanto se recorre a fatos de diacronia – que a forma do singular dos nomes terminados pelo ditongo *ão* é que sofreu alterações mais profundas, ao passo que no plural tivemos apenas a síncope da nasal associada à nasalização da vogal anterior.

Os processos de alomorfia, que acima foram explicados por meio de regras fonológicas, e que modificam a raiz e a vogal temática são, pois, traços que reforçam a marcação de plural num grande número de vocábulos portugueses. Por isso dizemos que são traços redundantes de plural. Isso porque, ao se combinar a desinência de plural ao nome, simultaneamente ocorre uma série de mudanças na estrutura morfofonológica da palavra.

Um problema a ser analisado é a combinação das modificações que sofrem as palavras terminadas por /l/ e /n/ e a derivação de diminutivo. Tais palavras na forma derivada pelo sufixo [-inho], quando se encontram no plural, passam pelos mesmos processos de alomorfia que a forma não derivada. Em vários vocábulos desse grupo o singular seleciona o morfema derivacional [-inho], mas no plural seleciona [-zinho] somando-se a isso as alomorfias já descritas na raiz e vogal temática (ou de ligação, nesse caso). Como explicar esse fenômeno morfológico? Proporemos, pelo menos, duas interpretações possíveis, sem dar uma resposta final para a questão, pois não temos como sustentar a opção por uma delas apenas. Palavras como *animal* e *leão* possuem o diminutivo *animalzinho* e *leãozinho*, mas quando flexionadas torna-se uma forma não padrão dizer *animalzinhos* e *leãozinhos*. As formas da língua padrão são *animaizinhos* e *leõezechinhos*, respectivamente. Importante é destacar que, nas formas derivadas no plural, com sufixo [-inho] ou [-zinho], a raiz da palavra mantém as mesmas alterações da pluralização sem o sufixo. No caso de *animalzinho*, o plural deverá apresentar, na variedade culta da língua, a mesma alomorfia que a forma sem derivação de diminutivo, de forma que *animalzinhos* é uma que não se aceita na norma padrão; do mesmo modo no singular também é agramatical a formação *animaizinho*.

Com os nomes terminados em [-ão] há o mesmo processo. Se o diminutivo singular de *leão* é *leãozinho*, o plural acompanhará a forma não derivada da palavra, *leõezechinhos*, e é pouco provável *leãozinhos* ou *leõezechinho*⁵ (singular com alomorfia de plural), na língua padrão, principalmente na escrita.

Quando na fala ocorre *leõezechinho* e *animaizinho*, com alomorfia no interior, mas sem a flexão explícita no fim, o que há na verdade são variantes das formas do plural padrão, e não variantes do singular *leãozinho* e *animalzinho*. De forma que *leõezechinho* e *animaizinho* (com sentido de singular) não ocorrem como derivações possíveis.

Esses exemplos indicam que há uma relação entre a alomorfia na raiz dos derivados e a marcação de plural, configurando tais mutações formais como marcas redundantes de número no interior da palavra. Com relação aos vocábulos derivados no diminutivo, a distância entre raiz/vogal temática e flexão – pois há o sufixo derivacional [-zinho] – não impede que o tema da palavra se comporte da mesma forma como se não houvesse o diminutivo.

Uma explicação possível é que primeiro a palavra, sem qualquer sufixo, é flexionada no plural, depois sofre a atuação das citadas sequências de regras fonológicas, que provocam as alomorfias na raiz e vogal temática. Somente depois se agrega o sufixo derivacional [-zinho] e novamente a flexão de número. Nessa interpretação – que admitimos ser polêmica – teríamos dois morfemas marcadores de número. Um primeiro no interior, responsável pelas alomorfias no tema da palavra não derivada, que teria sofrido crase com a primeira consoante do sufixo derivacional.

animal + s > animales > animaes > animais > animal/y/s + zinho(s) > animaiszinhos > animaizinhos

Logicamente, como admitimos, tal interpretação é polêmica justamente devido ao fato de estar bem assentado, nos estudos morfológicos, que a flexão de número de nomes só ocorre ao final, na extremidade de sua margem direita. Por outro lado, o tema dos

⁵ Neste caso podemos afirmar exatamente o mesmo dito na nota 5.

nomes no diminutivo flexionados no plural apresenta a mesma forma dos nomes não derivados. Isso indica que primeiro há a flexão de número – com os processos de alomorfia –, para depois ocorrer a derivação com o morfema [-zinho].

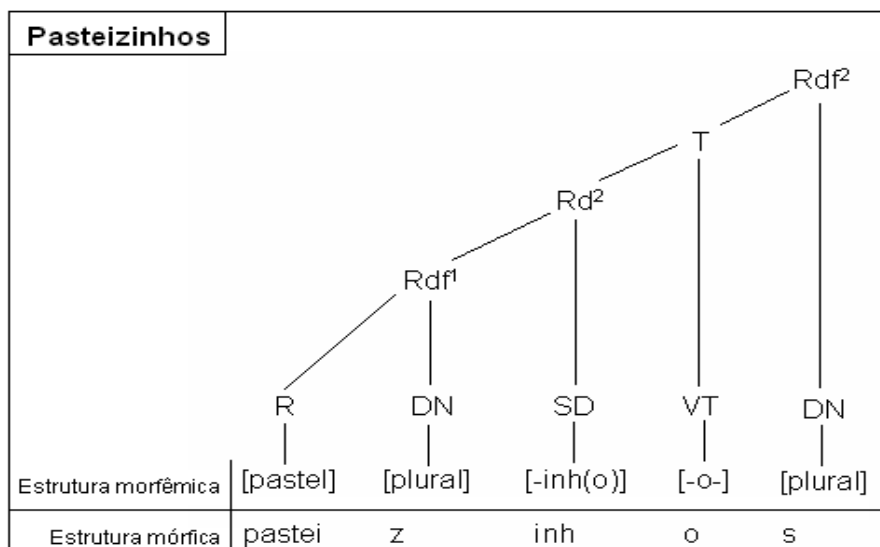


Figura 1 – Análise morfológica em diagrama arbóreo com flexão interna de número.

Na figura 1, com a representação da primeira possibilidade de análise, na estrutura morfêmica já teríamos duas flexões de plural. Uma estaria logo após a raiz – radical flexional 1 (Rdf¹) – e a segunda no fim, configurando o radical flexional 2 (Rdf²).

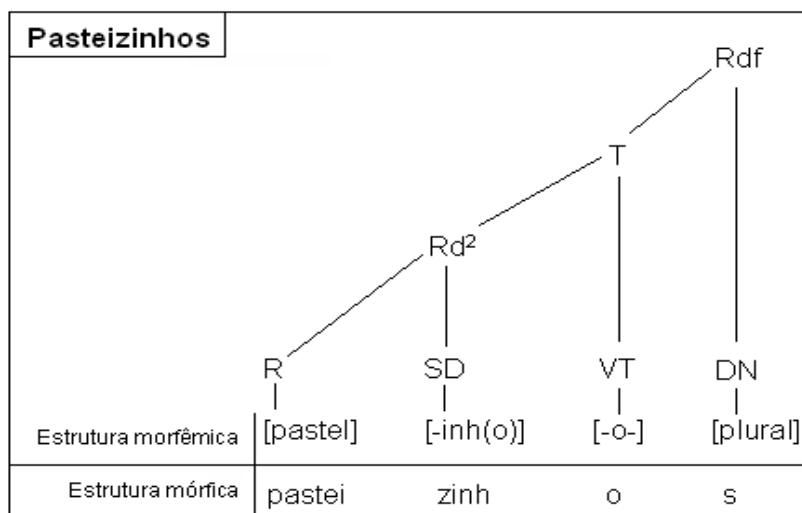


Figura 2 – Análise morfológica em diagrama arbóreo sem flexão interna de número.

Numa segunda possibilidade de análise, simplesmente não consideramos a forma [-zinh(o)] como dois morfemas – um de plural seguido por outro de diminutivo –, mas como um único, que, como já é admitido nos manuais de morfologia do português, é um alomorfe de [-inh(o)]. Aqui também *pastei-* é apenas raiz, ao passo que na primeira análise é o primeiro tema ao qual se agregam a primeira flexão de número, que é

seguida pela derivação de diminutivo, além de mais uma vogal temática (ou flexão de gênero) e, por último, a segunda flexão de número.

A segunda análise é, pois, conservadora, na medida em que acompanha aquilo que geralmente é defendido pelos principais estudiosos do assunto. Já a primeira análise inova justamente por entender que no interior de certo grupo considerável de vocábulos portugueses há significativas expressões de plural à esquerda do morfema de derivação [-inh(o)].

Para melhor defender a hipótese da primeira análise, vejamos alguns exemplos do quadro a seguir:

<i>Exemplos</i>	<i>diminutivo + singular</i>	<i>Diminutivo + plural</i>	<i>Formas agramaticais (sem flexão de número no final do vocábulo)</i>
Coronel	coronelzinho	corone iz inhos corone is	*coroneizinho
Pastel	pastelzinho	paste iz inhos paste is	*pasteizinho
Jornal	jornalzinho/jornalinho	jorna iz inhos jorna is	*jornaizinho
Papel	papelzinho/papelinho	pape iz inhos pape is	*papeizinho
Animal	animalzinho	anima iz inhos anima is	*animaizinho
Lençol	lençolzinho	lenço iz inhos lenço is	*lençoizinho
Leão	leãozinho	leõ ez inhos leõ es	*leõizinho

Quadro de análise morfológica do plural e diminutivo

Em todas as palavras da Tabela 1 procuramos destacar em negrito a similaridade entre a forma sem derivação com a derivada, estando ambas no plural. É interessante também destacar a quarta coluna. Nela vemos a impossibilidade (ou agramaticalidade) de ocorrência da alomorfa na raiz sem o morfema de plural. Há, portanto, uma inegável interdependência entre as alterações ocorridas na raiz, o diminutivo e a flexão de plural.

Importante, ainda, ressaltar que o fenômeno morfológico aqui descrito, pelo que se pode verificar até o momento, restringe-se unicamente aos nomes (substantivos e adjetivos) terminados em *ão*, *al*, *el*, *ol* e *ul* que estejam na forma derivada com o alomorfe [-zinho] do morfe [-inho], sendo que o segmento consonantal [z], vozeado devido ao contexto fonético, é aqui analisado como uma desinência de número [-s].

O fenômeno de flexão interna não ocorre se além da base não houver uma outra desinência de número. Fica evidenciado, assim, que há uma clara relação entre a primeira e a segunda flexão de número. Se a segunda não ocorrer, por exigências sintáticas de concordância, a primeira flexão de número (contando-se da esquerda para a direita do vocábulo) não aparecerá.

5 POR UMA INTEGRAÇÃO ENTRE MORFOLOGIA DERIVACIONAL E FLEXIONAL

A morfologia derivacional e a morfologia flexional são vistas geralmente como subdivisões do componente morfológico da gramática com algum grau de independência. Tanto que nos principais manuais de morfologia primeiramente se apresenta o sistema de flexão nominal e verbal e depois, num capítulo separado, geralmente ao fim, os processos derivacionais. A flexão redundante no interior dos radicais – entre a raiz e o diminutivo – mostra um ponto de contato muito estreito e interessante entre duas esferas estruturais consideradas autônomas pelos compêndios. Como demonstramos, para ocorrer flexão no interior do radical tem que haver, simultaneamente, a derivação diminutiva e a flexão de número ao fim do vocábulo. Neste caso, a flexão redundante depende da derivação para se realizar.

Também é importante aqui se fazer uma ressalva à morfologia gerativa desenvolvida no Brasil, principalmente nos livros de Margarida Basílio e Assis Rocha. Influenciados pelos conceitos de Chomsky (1969, 1975), os autores passaram a considerar os processos morfológicos no qual a “criatividade” do falante nativo é posta em prática, ou seja, na formação de palavras pela derivação. Assis Rocha (2003) cita a criança que diz “desmorreu” e o ministro que inventou a palavra “imexível”. Basílio e Assis Rocha deram grande relevância às RFP’s – que valorizam a liberdade do falante em poder inovar na língua – e às RAE’s, que explicam as formações esporádicas e análise das formações institucionalizadas. Entretanto, esses mesmos autores deixaram de lado processos flexionais sobre os quais o usuário não tem liberdade alguma, deixando de analisar a flexão sob o olhar gerativista.

É preciso reconhecer que o gerativismo, produzindo análises mais abstratas e aprofundadas, dá um salto qualitativo em morfologia por observar que há também sistematicidade nos processos de derivação, os quais não foram abordados com mais atenção pelos estudos estruturalistas de Mattoso Camara. Isso se deu porque seu enfoque estava na flexão. Cabe agora observar que há uma relação entre processos de derivação e flexão, como foi possível se constatar no caso da flexão de número e a derivação de diminutivo. Nessa relação entre derivação e flexão também são importantes as regras fonológicas, as quais geram alomorfias, como também convertem as estruturas morfêmicas em mórficas.

Mais recentemente, a morfologia distribuída (HALLE, MARANTZ, 1993, 1994) pôde dar relevantes contribuições ao estudo da interação entre flexão e derivação. Nessa teoria também se considera a relação entre as regras morfológicas de derivação e flexão com as regras fonológicas. Nesse modelo, a gramática está organizada em vários níveis.

Primeiro temos o componente sintático, o qual organiza a frase em forma lógica (LF) e forma fonética (PF). Cabe lembrar que o componente sintático atua sobre as informações dadas pelo léxico. Após a organização da estrutura sintática da frase (que efetua as relações entre som e sentido) entra em jogo o componente morfológico que, por sua vez, encontra-se subdividido em três níveis: *operações morfológicas, inserção vocabular e regras de reajustamento*.

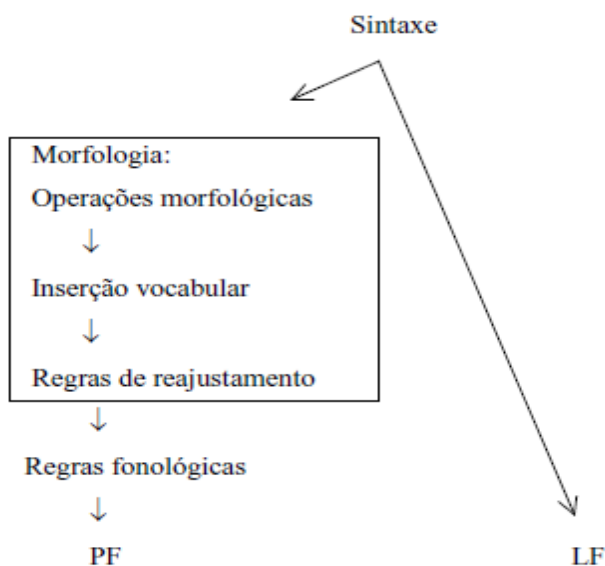


Figura 3 – Modelo de organização gramatical na morfologia distribuída (ALCÂNTARA, 2010, p. 6).

As *operações morfológicas* manipulam as representações advindas da Sintaxe – as quais são diagramadas sob a forma de árvores de ramificação binária. [...] Somente após a atuação dessas operações estruturais, a fim de satisfazer condições de boa-formação da palavra [...] é chamada a *inserção vocabular* (ou *Spell-Out*), cuja responsabilidade é atribuir traços fonológicos – os denominados *itens vocabulares* (i.é, expressões fonológicas) – aos nós terminais. [...] Por fim, as *regras de reajustamento* atuam sobre itens vocabulares específicos em um contexto morfológico específico (cf. HARRIS, 1999), o que pode ser observado em português, quando da vocalização da soante /l/ da raiz (/l/ → [j]) no contexto do plural (cf. “anel” → “ané[j]s”) (ALCÂNTARA, 2010, p. 7).

Como indica a figura 3, após as operações próprias da morfologia entra em cena o componente fonológico através das regras fonológicas que “manipulam dados advindos da Morfologia, o que explica que muitas delas sejam sensíveis a informações morfológicas [...]” (ALCÂNTARA, 2010, p. 7). As regras fonológicas que atuam sobre os “dados advindos da morfologia” acabam por estruturar a forma fonética (PF) da frase. Desse modo a morfologia distribuída permite analisar a interdependência entre fonologia, morfologia e sintaxe.

6 CONCLUSÃO

Procuramos, neste estudo, analisar a relação entre o processo de derivação diminutivo do português e certas alomorfias ocorridas no radical de nomes terminados por *l* ou *ão*, como em *animal* e *limão*. Observamos que o radical desses dois grupos de vocábulos, quando derivados no diminutivo e flexionados no plural, apresenta as mesmas alterações da forma não derivada (*animal/animalzinho* > *animais/animazinhos*). Isso quer dizer que as mesmas alomorfias encontradas em plurais como *leão/leões* também ocorrem em palavras derivadas no diminutivo – *leãozinho/leõezinhos*. Sabemos que

essas alomorfas são causadas justamente pela inserção do traço plural. Portanto, se diante do morfema [-inho] também ocorrem essas alomorfas (que transformam *ão* em *õe*, por exemplo), é porque aí também deve haver outra marca de plural, além da existente no final do vocábulo.

Propomos que esse fenômeno pode ser igualmente interpretado de duas formas. Primeiramente, em palavras do tipo *leõezinhos/animazinhos*, podemos considerar a presença de duas marcas de diminutivo. Uma antes e outra após o morfema de derivação. Numa outra possibilidade de análise, teríamos apenas o plural marcado ao fim do vocábulo, e no seu interior há apenas alomorfas, e não flexão. Inegável é que há uma interdependência da alomorfia no radical com o processo de flexão de número, a qual é observada em formas no diminutivo. De qualquer forma, tanto numa quanto em outra análise, as alterações ocorridas no radical funcionam como “reforço” da flexão.

Tais alterações (ou alomorfas) ocorrem na passagem da estrutura morfêmica (abstrata) para a mórfica, onde há a atuação de uma série de regras fonológicas que alteram a configuração fonológica do radical. Essas regras são aplicadas ciclicamente sobre o vocábulo e, na verdade, descrevem mudanças ocorridas na fonologia do português durante sua história. As alomorfas que ocorrem no radical derivado no diminutivo nessa passagem do singular ao plural são verdadeiras marcas redundantes de número.

Há, portanto, duas possibilidades analíticas. Uma conservadora que considera haver morfema de plural somente ao final do vocábulo, e outra, aqui proposta, retomada de hipóteses de Lee (2005), que explica a possibilidade de existir também morfema de número à esquerda do morfema [-inho] como no exemplo de *leõezinhos*.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Cíntia da Costa. As classes formais do português brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 5-15, 2010.

BASÍLIO, Margarida. *Estruturas morfológicas do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CAMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2002 [1970].

CHOMSKY, Noam. *Linguística cartesiana: un capítulo de la historia del pensamiento racionalista*. Madrid: Gredos: 1969.

_____. *Aspectos de la teoría de la sintaxis*. Madrid: Aguilar, 1975.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (ed.). *The view from the Building 20: Essays in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge/Massachusetts: MIT Press, 1993.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Some key features of distributed morphology. *MITWPL – Papers on Phonology and Morphology*, v. 21, p. 275-288, 1994.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes; Juiz de Fora: UFJF, 1994.

LEE, Seung-Hwa. *Sobre a formação do diminutivo do português brasileiro*. 2005. Disponível em <<http://www.ai.mit.edu/projects/dm/bp/lee-diminutives.pdf>>. Acesso em: 22/02/2011.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 25 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

MARGOTTI, Felício W.; VIEIRA, Hilda Gomes. Indicadores de áreas lexicais em Santa Catarina: subsídios para políticas de ensino de língua portuguesa. In: COELHO, Izete L.; GORKI, Edair M. (org.). *Sociolinguística e Ensino*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

MATTHEWS, P. H. *Morphology: an introduction to the theory of wordstructure*. Cambridge: University Press, 1974.

_____. *Morfologia portuguesa*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002.

OLIVEIRA, Cândido M. M.. *Dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Grafipar, s.d.

PERINI, Mário A. *et alii*. Sobre a classificação das palavras. *D.E.L.T.A.*, v. 14, número especial, São Paulo, 1998.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martis Fontes, 2007.

ZANOTTO, Normelio. *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna; Caxias do Sul: Educs, 2006.